

- **Descrição**
 - **Dados do produto**
-

Índice

1. DIREITO FUNDAMENTAL AO RECURSO EM PROCESSO PENAL

- 1.1. Acórdão do TC n.º 686/2004 (Maria Fernanda Palma)
- 1.2. Acórdão do TC n.º 610/96 (Maria Fernanda Palma)
- 1.3. Acórdão do TC n.º 545/2006 (Mário Torres)
- 1.4. Acórdão do TC n.º 417/2003 (Paulo Mota Pinto)
- 1.5. Acórdão do TC n.º 15/99 (ARTUR MAURÍCIO)
- 1.6. Acórdão do TC n.º 530/2001 (Paulo Mota Pinto)
- 1.7. Acórdão do TC n.º 464/2003 (Maria dos Prazeres Beleza)

2. LEGITIMIDADE PARA RECORRER

- 2.1. Acórdão do Tribunal da Relação do Porto – 17/09/2014 (Artur Oliveira)
- 2.2. Acórdão de Fixação de Jurisprudência n.º 16/2014 (Oliveira Mendes)
- 2.3. Acórdão de Fixação de Jurisprudência n.º 5/94 (Costa Pereira)
- 2.4. Acórdão do TC n.º 291/2002 (Artur Maurício)
- 2.5. Acórdão de Fixação de Jurisprudência n.º 2/2011 (José Santos Cabral)
- 2.6. Acórdão do TC n.º 361/2016 (João Cura Mariano)
- 2.7. Acórdão do Tribunal da Relação do Porto – 08/03/2017 (Francisco Mota Ribeiro)
- 2.8. Acórdão do TC n.º 80/2010 (Vitor Gomes)
- 2.9. Acórdão de Fixação de Jurisprudência n.º 8/99 (Carlindo Mota e Costa)
- 2.10. Acórdão do TC n.º 205/2001 (Alberto Tavares da Costa)
- 2.11. Acórdão de Fixação de Jurisprudência n.º 2/2020 (Francisco Manuel Caetano)
- 2.12. Acórdão de Fixação de Jurisprudência n.º 5/2011 (Manuel Bráz)
- 2.13. Acórdão do TC n.º 560/2014 (Fernando Vaz Ventura)

3. RECORRIBILIDADE

- 3.1. Recorribilidade em geral
 - 3.1.1. Acórdão do TC n.º 247/96 (Maria Fernanda Palma)
 - 3.1.2. Acórdão do TC n.º 686/2004 (Maria Fernanda Palma)
 - 3.1.3. Acórdão do TC n.º 32/2006 (Helena Brito)
 - 3.1.4. Acórdão do TC n.º 156/2016 (Ana Guerra Martins)
 - 3.1.5. Acórdão do TC n.º 372/2017 (Fernando Vaz Ventura)
 - 3.1.6. Acórdão do TC n.º 232/2018 (José Teles Pereira)
 - 3.1.7. Acórdão de Fixação de Jurisprudência n.º 16/2009 (José Santos Cabral)
 - 3.1.8. Acórdão do TC n.º 101/2016 (Fátima Mata- Mouros)
 - 3.1.9. Acórdão de Fixação de Jurisprudência n.º 8/2014 (Oliveira Mendes)
 - 3.1.10. Acórdão do TC n.º 482/2014 (Fátima Mata- Mouros)
 - 3.1.11. Acórdão do TC n.º 351/2007 (João Cura Mariano)
 - 3.1.12. Acórdão do TC n.º 168/2003 (Tavares da Costa)
 - 3.1.13. Acórdão de Fixação de Jurisprudência n.º 5/2006 (Carmona da Mota)
 - 3.1.14. Acórdão do TC n.º 301/2006 (Maria Fernanda Palma)
- 3.2. Recorribilidade e legalidade
 - 3.2.1. Acórdão do TC n.º 186/2013 (José da Cunha Barbosa)
 - 3.2.2. Acórdão do TC n.º 324/2013 (Maria João Antunes)
 - 3.2.3. Acórdão de Fixação de Jurisprudência n.º 14/2013 (Pires da Graça)
 - 3.2.4. Acórdão do TC n.º 399/2014 (Pedro Manchete)

- 3.2.5. Acórdão de Fixação de Jurisprudência n.º 4/2009 (Henrique Gaspar)
- 3.2.6. Acórdão do TC n.º 645/2009 (Joaquim Sousa Ribeiro)
- 3.3. Recorribilidade, duplo grau de jurisdição e direito ao recurso
 - 3.3.1. Acórdão do TC n.º 49/2003 (Maria dos Prazeres Beleza)
 - 3.3.2. Acórdão do TC n.º 540/2012 (Maria João Antunes)
 - 3.3.3. Acórdão do TC n.º 595/2018 (Fátima Mata- Mouros)
 - 3.3.4. Acórdão do TC n.º 672/2017 (Joana Fernandes Costa)
 - 3.3.5. Acórdão do TC n.º 128/2018 (Fátima Mata- Mouros)
 - 3.3.6. Acórdão do TC n.º 31/2021 (Mariana Canotilho) – Revogado pelo Acórdão do TC n.º 523/2021 (Maria de Fátima Mata- Mouros)
 - 3.3.7. Decisão Sumária do TC n.º 37/2017 (Gonçalo de Almeida Ribeiro)
 - 3.3.8. Acórdão do TC n.º 652/2016 (João Pedro Caupers)
 - 3.3.9. Acórdão do TC n.º 385/2011 (João Cura Mariano)
 - 3.3.10. Acórdão do TC n.º 390/2004 (Benjamim Rodrigues)
 - 3.3.11. Acórdão do TC n.º 240/2014 (Ana Guerra Martins)
 - 3.3.12. Acórdão do TC n.º 851/2017 (Maria José Rangel Mesquita)

4. DECISÃO DE RECURSO

- 4.1. Âmbito do recurso e proibição de reformatio in peius
 - 4.1.1. Acórdão do TC n.º 140/2004 (Paulo Mota Pinto)
 - 4.1.2. Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães – 02/06/2014 (Maria Luísa Arantes)
 - 4.1.3. Acórdão do TC n.º 15/99 (Artur Maurício)
 - 4.1.4. Acórdão do TC n.º 236/2007 (Mário Torres)
 - 4.1.5. Acórdão do TC n.º 502/2007 (Maria Lúcia Amaral)
 - 4.1.6. Acórdão de Fixação de Jurisprudência n.º 4/95 (Ferreira Vidigal)
 - 4.1.7. Acórdão do TC n.º 394/2022 (Joana Fernandes Costa)
- 4.2. Recurso sobre matéria de facto
 - 4.2.1. Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa – 10/10/2007 (Carlos de Almeida)
 - 4.2.2. Acórdão do TC n.º 417/2018 (Maria Clara Sottomayor)
 - 4.2.3. Acórdão de Fixação de Jurisprudência n.º 13/2014 (Isabel Martins Pais)
 - 4.2.4. Acórdão do TC n.º 291/2017 (Gonçalo Almeida Ribeiro)
 - 4.2.5. Acórdão de Fixação de Jurisprudência n.º 7/95 (Sá Nogueira)
 - 4.2.6. Acórdão do TC n.º 573/98 (Messias Bento)
 - 4.2.7. Acórdão do TC n.º 59/2006 (Maria Fernanda Palma)
 - 4.2.8. Acórdão do TC n.º 163/2011 (Ana Maria Guerra Martins)
 - 4.2.9. Acórdão do TC n.º 116/2007 (Maria dos Prazeres Beleza)
 - 4.2.10. Acórdão do STJ – 09/05/2019 (Gabriel Catarino)
- 4.3. Renovação da prova e reenvio
 - 4.3.1. Acórdão do TEDH – caso Moreira Ferreira c. Portugal – 05/07/2011
 - 4.3.2. Acórdão do TC n.º 90/2013 (João Cura Mariano)
 - 4.3.3. Acórdão do TEDH – caso Pereira Cruz c. Portugal – 26/06/2018
 - 4.3.4. Acórdão do TC n.º 289/2020 (Pedro Machete)
 - 4.3.5. Acórdão do TEDH – caso Paixão Moreira Sá Fernandes c. Portugal – 25/02/2020
 - 4.3.6. Acórdão do TEDH – caso Dan c. Moldova – 05/07/2011
 - 4.3.7. Acórdão do TEDH – caso Gómez Olmeda c. Espanha – 29/03/2016
 - 4.3.8. Acórdão do TC n.º 502/2007 (Maria Lúcia Amaral)
 - 4.3.9. Acórdão do Tribunal da Relação de Évora – 02/07/2013 (Ana Barata Brito)
 - 4.3.10. Acórdão de Fixação de Jurisprudência n.º 4/2016 (Isabel Pais Martins)
 - 4.3.11. Acórdão do Tribunal da Relação de Évora – 05/07/2016 (Maria Leonor Esteves)
- 4.4. Recursos em matéria de Direito e para o STJ
 - 4.4.1. Acórdão de Fixação de Jurisprudência n.º 5/2017 (Manuel Augusto de Matos)

- 4.4.2. Acórdão do TC n.º 80/2001 (Bravo Serra)
- 4.4.3. Acórdão do TC n.º 236/2007 (Mário Torres)
- 4.4.4. Acórdão do TC n.º 312/2012 (João Cura Mariano)
- 4.4.5. Acórdão do Tribunal Relação de Lisboa – 11/11/2011 (Carlos de Almeida)